



José Teixeira, "Chegada" (Pormenor), 120 cm x 68 cm, Acrílico e Colagem s/ MDF

## EDITORIAL

### O QUE MOSTROU E O QUE ESCONDEU A LINGUAGEM DA PANDEMIA

Neste terceiro número do "ILCH em Notícia" dedicado à crise epidemiológica, olhamos – depois da Filosofia, da Literatura e das Artes – para a Linguagem. Não quisemos deixar de perceber um pouco melhor a forma como se falou e se escreveu sobre a incontornável COVID-19. Fomos, por isso, investigar a imprensa escrita, a TV e a *Internet*, dos noticiários aos fóruns de debate, dos discursos de responsáveis públicos aos *posts* de indivíduos anónimos. Nesta demanda, encontramos palavras novas, usos criativos da língua e estratégias discursivas múltiplas e complexas, do discurso médico ao político, do jurídico ao publicitário, do comunitário ao confessional. E, em cada um deles, detetámos propósitos linguísticos diversificados, não apenas informativos, argumentativos e persuasivos, mas também afetivos e emocionais, por vezes até poéticos, intimidatórios e humorísticos. Sobre tudo isto pedimos a opinião crítica de linguistas do ILCH, num breve apanhado que a seguir apresentamos.

## LEXICOGRAFIA

### DISTÂNCIA SOCIAL OU FÍSICA?

Por: Álvaro Iriarte Sanromán (DEPL)

No contexto da Primeira Guerra Mundial, a censura nos países aliados fez com que se consolidasse o termo "gripe espanhola" para se referir a gripe de 1918, pois as notícias sobre os efeitos da pandemia na Espanha neutral não eram censuradas nos jornais...

A COVID-19 parece que ajudará a consolidar também uma segunda aceção para o termo "distância social". Nestes tempos de crise sanitária e de restrições à nossa liberdade de movimentos, do que menos precisamos é de aumentar a distância social, isto é, o afastamento entre grupos ou classes sociais, ou a falta de empatia e de simpatia por outrem. Para combater esta pandemia precisamos é de manter a "distância física" (ou o "distanciamento social") entre as pessoas.

O léxico está cheio destes "equivocos". Preocupem-se, os puristas da língua, com o dia em que ela deixe de *imperfeitar-se* desta maneira.

A crise da COVID-19 trará também outras tarefas para os lexicógrafos, como a incorporação ao dicionário da língua portuguesa de termos de especialidade, como *zaragatoa*, *coronavírus*, *teste serológico*, *transmissão comunitária*, *etiqueta respiratória*, *ventilador não intrusivo*, *achatamento da curva*, *escala logarítmica*; ou a sempre difícil inventariação de combinações alfanuméricas, como SARS-CoV-2, a COVID-19, o SNS24, ou de numerais lexicalizados, como o 112.

Nesta crise epidemiológica, os dicionários podem esperar, mas estudos lexicométricos e técnicas de mineração de textos talvez possam ajudar na compilação de conjuntos de dados que nos permitam fazer perguntas sem categorizações prévias, sem saber bem o que se procura, encontrando padrões, visualizando informação, a modo de novos "mapas de Snow", e, a partir desses dados, oferecer modelos, perguntas e métodos para a reflexão analítica, sem esquecer, obviamente, a intuição e a sensibilidade.

Cuidem-se, mantendo alguma distância física e muita proximidade afetiva.

## LEXICOLOGIA

### TESTAR OU NÃO TESTAR, EIS A QUESTÃO

Por: Anabela Leal de Barros (DEPL)

O covidês é uma língua tão contagiosa que até o *Ciberdúvidas* já foi contagiado! Tendo deixado o nobre ofício de tirar dúvidas a quem as tinha, começou a dedicar-se a doar dúvidas a quem as não tinha — *Covidúvidas*. Rendido à nova língua-relâmpago dos meios de comunicação social, entregou-se com tal paixão à redacção de um "Glossário da Covid-19" que não só recebe sem reparos 'testar positivo/negativo' como até fornece definições de tudo (do 'achatamento da curva' à 'mutalização' da dívida pública).

*Testar* é, contudo, um verbo idoso, que merece um tratamento digno, como todos e cada um dos nossos idosos. No latim, o verbo deopente *testar* significava 'testemunhar', daí decorrendo uma segunda aceção de 'atestar, declarar' – sendo *testis* a 'testemunha'. Nos dicionários de Bluteau e Moraes (sécs. XVII e XVIII) *testar* surgia somente na aceção de 'deixar em testamento': *testar meia dúzia de cruzados*, por exemplo. Também como verbo transitivo directo, ganhou depois o sentido de 'ver se funciona (bem), pôr à prova' alguém ou alguma coisa, como estamos a fazer ao *testar* um medicamento, uma vacina ou o Serviço Nacional de Saúde. Em covidês, porém, acabo de ouvir que temos que "aumentar a capacidade de *testar*" e que devemos "*testar* os nossos idosos". Mas não é precisamente isso o que mais temos feito até agora? *Testá-los*, sim, 'pô-los à prova', ver se resistem ou não resistem assim, a frio, a sós, sem a mão quente dos que amam e o estetoscópio frio daqueles a quem tanto precisam de confiar a sua muita dúvida e pouca vida.

*Testar* na aceção de 'submeter(-se) a um teste médico' é neologismo acabadinho de nascer, mas infectado, de filiação anglófona. É claro que, se todos os dias há dias novos, é para que haja coisas novas, incluindo palavras novas e usos novos de palavras velhas. Mas que há de errado com o velho e desprezioso *fazer testes*, maravilhosamente polivalente? Foi varrido pela onda dos anglicismos, ou não há tempo a perder com perifrases rasas, para *fazer testes*, para dizer que *foram positivos* ou *negativos*, que *deram negativo* ou *positivo*? *Testar positivo*, então, ascende directamente à categoria de idiomatismo do covidês. Testas positivo quando és positivamente posto à prova? Não, fazem-te um teste e o teu teste atesta que estás(s) positivo. Mas então não és tu que testas, testam-te, não, fazem-te apenas um teste, que até deviam ser dois, mas não há testes... Ups, não percebi, mas eu sou do Norte... tu percebeste? Se és do Norte e não percebeste finge que percebeste, senão *testas negativo* no teste da inteligência regional.



## E DEPOIS DO MEDO?

Por: Aldina Marques (DEPL)



Todos os discursos, isto é, tudo o que dizemos, estão permeados de emoções, sentimentos, estados de espírito ou de alma, como quisermos chamar-lhes. Os discursos públicos sobre a COVID-19 não são exceção. As emoções abundam, ditas, mostradas ou implícitas; mas sendo muitas é o medo que sobressai. O medo do desconhecido, um desconhecido maior, hiperbolizado nos *media*, nas redes sociais e nos grupos WhatsApp, sustentado por narrativas pessoais, por ensaios e previsões científicas, que os números pareciam tornar irrefutáveis.

A construção discursiva do medo, polifónica, e também cacofónica, nas vozes que se cruzam, se alinham e se chocam, ganhou forma concreta na metáfora da guerra que lhe veio dar corpo, reforçada por uma rede semântica forte, a convocar um inimigo, traiçoeiro, e combatentes da linha da frente, os nossos heróis. Aceitando a metáfora, que nos resta, a nós os *outros*, neste combate? Um confinamento em compasso de espera, mas também em compasso de esperança. Contra o vazio do espaço público, outros espaços se enchem de discursos, se enchem de vozes, de emoções e de abraços.

Nada será como dantes? Nunca nada é como dantes! Mas, voltando a outras vozes, oiça-se a voz autorizada do astrofísico Hubert Reeves, racionalizando o medo quando nos recoloca, simplesmente e inelutavelmente, face à “imprevisibilidade da realidade”. E, por isso, relembra: “Temos de ter cuidado”.



## DISCURSOS DA LEGISLAÇÃO COVID-19

Por: Conceição Varela (DER)

À semelhança de outros enunciados, os discursos jurídicos produzidos no âmbito da pandemia Covid-19 refletem as condições, as finalidades e as potencialidades do seu contexto de produção e de interpretação. A esse respeito, e sem despir-

mor para outros tipos de discursos e subtipos discursivos jurídicos, sublinho a inusitada e súbita proliferação de géneros discursivos legislativos (leis, decretos-lei, despachos e resoluções – medidas de âmbito nacional e outras aprovadas pelas regiões autónomas, todas acessíveis no [DRE](#), Diário da República electrónica), emergidos antes e, sobretudo, a partir do Decreto do Presidente da República nº14-A/2020, de 18 de março, e do Decreto do Governo nº 2-A/2020, de 20 de março, que regulamenta o estado de emergência.

É de salientar a importância adquirida no espaço público português, sobretudo mediático, pelo diploma do Governo sobre o estado de emergência, e pelo Decreto-Lei nº10-G/2020, de 26 de março, emitido pela Presidência do Conselho de Ministros para a protecção dos postos de trabalho. Ambos os textos/discursos foram citados, analisados e comentados por políticos, juristas, académicos, cientistas, jornalistas e o cidadão comum, entre outros.

Os discursos, orais e escritos, sobre estes diplomas (a suspensão parcial do exercício de direitos, liberdades e garantias, e o *lay-off* simplificado) têm então preponderado na relação dialógica do debate público, acentuada pela emergência e dramaticidade do contexto. Do ponto de vista linguístico, esta interacção viva e tensa, na circulação de discursos legislativos, ditos normativos, por um lado, revela particular interesse nas dimensões linguístico-discursivas da heterogeneidade, do dialogismo e da polifonia, e, por outro lado, inaugura novos sentidos no entrelaçar de discursos, que contraditam e suplantam os regulares efeitos discursivos (distância, neutralidade, abstracção e generalidade) e extradiscursivos (respeito, eficácia, obediência, subserviência) (Bittar, 2017) do enunciado legislativo.

A cadeia ininterrupta de comunicação verbal, desencadeada pela materialidade discursiva legislativa, tem proporcionado um exemplo incomum e relevante da complexidade e polimorfia dos enunciados (Bakhtin, 1979) confrontados com a alteridade da linguagem, num contexto inédito e histórico de crise sanitária, exacerbado, além do mais, pelo horror tão perto de nós, em Itália e Espanha.

## A GUERRA DO SOFÁ

Por: José Teixeira (DEPL)



Desde que G. Lakoff e M. Johnson publicaram em 1980 *Metaphors We Live By* alterou-se radicalmente a forma como se entende a relação linguagem-mente e a comunicação. Percebemos que somos essencialmente emotivos e metafóricos e não racionais e “denotativos”. Embora muitos continuem a dizer que a principal função do uso das línguas é “a comunicação”, salta à vista que elas são essencialmente mecanismos que se servem da comunicação. Para tentarmos impor pontos de vista. Para tentarmos convencer.

E tentamo-lo também (sobretudo?) pelas metáforas, que só um ingénuo, ou desinformado (ou ingenuamente desinformado) continuará a tratar com a inocência de “figura de estilo”. Como a presente situação mostra, algumas metáforas são armas das guerras que queremos travar.

Por que é que se está tanto a usar a metáfora da guerra, em letras garrafais nas capas da imprensa, em comunicados dos governos e presidentes? Por que é que transformaram a forma como pensamos nesta situação como uma guerra? Trabalhadores normais passaram a ser referidos como “heróis”, o local de trabalho é “a linha da frente da batalha”, ficar quietinho no sofá é “lutar”, o vírus é “inimigo a combater”, fazendo dele o agente de todas as decisões, mesmo tomadas por nós: “vírus fecha Universidades” (não, não é insulto aos Reitores que decidiram...), “vírus arrasará a economia”... É que a metáfora da guerra ajuda a construir o modelo mental desta situação como guerra, em que todos temos de lutar para o mesmo lado, quem discorda “não é dos nossos” e em tempo de guerra não se substituem (nem questionam) os “comandantes”. Não é por acaso que todos os governos e presidentes têm agora índices de popularidade que nunca tiveram. E muito o devem à construção do modelo mental e da metáfora de que estamos em guerra, numa guerra em que a estranha tática é fugir o mais possível da “frente da batalha”: *metaphors we live by; metaphors we lie by; metaphors we live (fighting) by*.

## POLÉMICA LINGUÍSTICA

## «ENSINO À DISTÂNCIA» OU «ENSINO A DISTÂNCIA»? Por: Isabel Ermida (DEINA)



Permitam-me que venha argumentar a favor de «à» e contra «a», já que continuamos não só à *distância de um consenso*, mas também à *distância uns dos outros* – e eu, portanto, a salvo de represálias, que isto do modo como falamos é questão melindrosa. Ora vejamos.

A norma culta do português (e.g. Celso Cunha e Lindley Cintra, 1985: 368) legitimou durante décadas o uso da locução «à distância», com acento grave, revelador de crase, ou contração da preposição «a» com o artigo definido feminino «a». Contudo, temos recentemente vindo a ouvir e a ler, cada vez mais, a vogal fechada e átona, sem acentuação, indicativa de preposição simples. E muitos começam a hesitar, sobretudo aqueles que apreciam a arte de bem falar e bem escrever. Será de adotar a nova forma, que contraria a intuição e o uso comum, soa a castelhanismo e, mais gravemente, causa ambiguidade?

A resposta é negativa. A locução «à distância», ora adverbial ora adjetival (consoante modifique um verbo ou um substantivo), subentende o complemento preposicional «de alguém», ou «de alguma coisa». Ao dizermos «ensino à distância» pressupomos «dos alunos», tal como pressupomos «do professor» quando dizemos «aprendizagem à distância». Pelo mesmo motivo dizemos, também, «conta à ordem» e «desenho à vista». À ordem de quem? «À ordem do titular da conta». À vista de quem, ou de quê? «À vista do modelo, ou do motivo a desenhar».

Contrastemos estas duas expressões com outras duas, correlatas: «conta a prazo» e «desenho a caneta». Aqui, as preposições já surgem sozinhas, sem contração. Porquê? Porque uma conta é «a prazo», ponto final, não «a prazo de quem ou de quê». De igual modo, um desenho é «a caneta» e isso basta.

Em suma, reza a lição, devemos usar «à» quando subentendemos um complemento: «enviar à cobrança» (do destinatário), «chegar à frente» (dos outros concorrentes), «comida à discrição» (do conviva), «julgamento à revelia» (do arguido). Ou, revertendo para a nossa conjuntura atual: «trabalhar à distância» (do espaço da universidade) e «avaliar à distância» (dos alunos).

Termino, deixando um brinde muito oportuno «à saúde!» De quem? De todos os que me leram e ficaram convencidos.